

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 053

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
17 DE MAIO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

Sob o nº 239/2000, da doutora Zilda Arns Neumann, coordenadora nacional da Pastoral da Criança, encaminhando relatório anual de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 102/2000, da senhora Leide Mara Schmidt, vice-reitora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encaminhando prestação de contas, relativa ao exercício de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 078/2000, do senhor Bernardo Monemis, diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial, encaminhando Prestação de Contas do Departamento, relativa ao exercício de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 401/2000, do senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, diretor presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, encaminhando prestação de contas, relativa ao exercício de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 058/2000, da senhora Regina Rottenberg Gouvêa, diretora da Secretaria da Administração, encaminhando relatório de prestação de contas do Departamento Estadual de Arquivo Público, relativa ao exercício de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 004/2000, do senhor Georg Ernest Wieler, contador, encaminhando prestação de contas da Paraná Investimentos S.A., relativa ao exercício de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 067/2000, do senhor Gunther Herbert Hoffmann, presidente da Clasper, encaminhando prestação de contas, relativa ao exercício de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 158/2000, da senhora Neusa Altoé, reitora da Fundação Universidade Estadual de Maringá, encaminhando prestação de contas, relativa ao exercício de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 047/2000, do senhor Giovanni Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, encaminhando demonstrativo das alterações de despesas realizadas em março de 2000, comunica que no mês de fevereiro não foram efetuadas alterações de despesa. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 001/2000, do senhor Nelson T.F. Guimarães, diretor técnico da Paraná Investimentos S.A., encaminhando relatório de atividades da Paraná Investimentos S.A., relativo ao período de 01.10.1999 à 31.02.2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 038/2000, do senhor César Cláudio Moreira Giralde, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para Fundo Municipal de Assistência Social, destinados a manutenção dos

Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Rede Abrigo/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 684/2000, do senhor José Tavares, secretário da Segurança Pública, encaminhando prestação de contas do Departamento de Trânsito, referente ao exercício de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 040/2000, do senhor Osiris Stenghel Guimarães, diretor presidente da Ferroeste, encaminhando relatório de atividades desenvolvidas no exercício de 1999, acompanhado de Demonstrações Financeiras. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 154/2000, do senhor Evaldo Barbosa, diretor presidente da Codapar, encaminhando prestação de contas geral, referente ao exercício de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 086/2000, do senhor Paulo Yoshikatsu Kawahara, diretor presidente da Comec, encaminhando prestação de contas, referente ao exercício de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 606/2000, do senhor Luiz Carlos Ros Filho, diretor do FNMA, comunicando convênio nº 03/2000, realizado entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente e a Universidade Estadual de Maringá, no valor de R\$209.251,00, para execução do Projeto “Uso Múltiplo dos Recursos Naturais Renováveis e Interpretação da Natureza na Fazenda Experimental de Iguatemi (FEI)”. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/048/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

076/2000: Do Poder Executivo que, dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$315.734,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.866. **Anote-se - Arquite-se.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 839

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada do Projeto de Lei nº 370/99, da Ordem do Dia por três sessões, que dispõe sobre a interrupção de fornecimento de água e luz aos consumidores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

### REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através dos seus deputados abaixo-assinados, vem manifestar-se em apoio à continuidade das atividades da Superintendência de Seguros Privados no Paraná.

Entendemos de justiça a manutenção da sede da Susep em nosso Estado, porque aqui estão sediadas sete seguradoras de expressão; as quais, em conjunto com as sucursais de outras empresas do ramo em operação no território regional, tornam o Paraná o terceiro maior gerador de serviços de seguros no Brasil.

Ora, é sabido que a atividade securitária necessita de agilidade decisória e supervisão atuante, motivo por que a continuidade da presença da Delegação da Susep se faz fundamental.

Ademais vale registrar que o Paraná, pela sua situação geográfica privilegiada no âmbito do Mercosul, vem experimentando um extraordinário processo de modernização de sua base econômica, evidenciada pela consolidação de um avançado parque automotivo, uma integração de sua infra-estrutura com outras regiões e, sobretudo, um progressivo intercâmbio com as economias dos países vizinhos - funções estas que demandam firme e progressiva cobertura de contratos de seguros.

Tais circunstâncias reforçam nosso pleito em favor da manutenção do funcionamento da representação dessa entidade do Ministério da Fazenda.

Por último, uma disposição positiva de Vossa Excelência em favor dessa medida significará, mais do que tudo, a compreensão dos interesses do Paraná e do Brasil; dado o que subscrevemo-nos respeitosa e atenciosamente.

Sala das Sessões, em 17.05.2000.

(aa) NELSON JUSTUS, HERMAS BRANDÃO, TONY GARCIA, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, NELSON TURECK, RICARDO MAIA, ANTONIO ANNIBELLI, ANTONIO BARATTER, MILTINHO PUPPIO, EDNO GUIMARÃES, DIVANIR BRAZ PALMA, CESAR SELEME, VALDIR ROSSONI, BETO RICHIA, LUIZ CARLOS MARTINS, SÉRGIO SPADA, LUIZ CARLOS ZUK, MOYSÉS LEÔNIDAS, RENATO GAUCHO, LUIZ CALROS ALBORGHETTI e PASTOR EDSON PRACZYK.

### REQUERIMENTO Nº 841

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências, através do DER, para que o trevo de acesso à Santa Lúcia, no trecho entre Lindoeste e Capitão Leônidas Marques, da Rodovia PR-182, seja transformado em rotatória.

Sala das Sessões, em 17.05.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

O trevo de acesso ao município de Santa Lúcia, no oeste paranaense, entre Lindoeste e Capitão Leônidas Marques, localiza-se em uma região de acentuado declive, fazendo com que os veículos que por ali transitam imprimam grande velocidade, o que já foi causa de sérios acidentes.

A transformação do mencionado trevo em rotatória, obrigaria os motoristas a diminuir a velocidade, quer entrassem ou não em direção à Santa Lúcia. Além do mais, os custos para a referida mudança, ao que nos parece, não serão elevados, haja vista que serão necessárias apenas algumas modificações.

Contamos, pois com o apoio dos nobres Pares desta Casa, com o intuito de atender os justos anseios da população de Santa Lúcia e usuários daquela rodovia.

**REQUERIMENTO Nº 845**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de atender o pedido do senhor Carlos de Oliveira Santos, residente à Rua Água Marinha nº 269, Jardim Boa Vista, município de Campo Magro, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico referente a inscrição feita através do CPF 232.284.589-20, há 02 (dois) anos.

Sala das Sessões, em 17.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 846**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender a comunidade do Jardim Guaraituba, os quais reivindicam benfeitorias no posto de saúde desse bairro, descritas no abaixo-assinado que segue anexo. Infelizmente o posto não tem estrutura para atender a população e esta, ao procurar a rede municipal de saúde do município de Curitiba, não pode ser atendida devido o domicílio ser do município de Colombo. Se necessário informações complementares, podem ser obtidas com a senhora Maria José dos Santos por telefone 666-9384 (recados) ou com a senhora Fátima pelo telefone 766-1107.

Sala das Sessões, em 17.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 153/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Lar Recanto do Idoso de Arapoti, com sede e foro no município de Arapoti.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Lar Recanto do Idoso de Arapoti, por ser ela uma entidade sem fins lucrativos, constituindo-se em uma sociedade civil de direito privado, fundada em 23 de abril de 1999, com tempo e duração indeterminado com sede e foro no município de Arapoti.

A entidade tem por finalidade principal abrigar, oferecer alimentação, recreação e assistência médica a pessoas idosas, desamparadas, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade ou religião, com idade mínima de 60 anos a que comprovadamente sejam residentes no município de Arapoti.

Encontra-se registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos Jurídicos, da Câmara de Arapoti, livro A-1, ao nº 315/A-7, em 25.04.99.

A documentação que institui este projeto encontra-se dentro das normas da Lei nº 6.994/78, que dispõe sobre a matéria.

Do exposto, esperamos o devido apoio e aprovação a esta proposta de lei, que tem por fim reconhecer publicamente o esforço e o trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

**PROJETO DE LEI Nº 154/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica alterado a redação do art. 1º da Lei nº 12.595, de 08 de junho de 1999, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família - APMIF de Campo Magro, com sede no município de Campo Magro e foro no município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O objetivo do presente projeto é de alterar o nome da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 12.595, tendo em vista que na Assembléia Geral, do dia 12 de março de 1999, foi aprovada a alteração de sua

denominação para Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família - APMIF de Campo Magro.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 155/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a implantar o programa Centro de Apoio ao Caminhoneiro nas rodovias do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Nas rodovias pedagiadas o Poder Executivo poderá negociar que tal implantação seja de responsabilidade da empresa concessionária.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2000.

(aa) CESAR SELEME, PASTOR EDSON PRACZYK,  
ALGACI TULIO, TIAGO DE AMORIM NOVAES,  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CLEITON KIELSE,  
RENATO GAUCHO, ANTONIO BARATTER,  
DIVANIR BRAZ PALMA E EDNO GUIMARÃES.

#### PROJETO DE LEI Nº 156/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia Especializada de Combate a Roubos, Furtos e Desvios de Cargas no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.2000.

(aa) CESAR SELEME, PASTOR EDSON PRACZYK,  
ALGACI TULIO, TIAGO DE AMORIM NOVAES,  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CLEITON KIELSE,  
RENATO GAUCHO, ANTONIO BARATTER,  
DIVANIR BRAZ PALMA E EDNO GUIMARÃES.

JUSTIFICATIVA:

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO ROUBO DE CARGAS Relatório Parcial nº 03

Seguindo a mesma orientação de trabalho, já adotada nos Relatórios Parciais de nºs 1 e 2, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, após ouvir vários depoimentos esclarecedores sobre o grave problema dos roubos de cargas, está apresentando dois novos projetos de lei para serem submetidos a discussão e aprovação da comissão

para depois serem enviados ao Plenário desta Casa de Leis.

A primeira proposição tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada no Combate a Roubos, Furtos e Desvios de Cargas no Estado do Paraná, desvinculada da Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, procurando uma maior agilização e competência no combate ao roubo e furtos de cargas no nosso Estado. Entendemos que esta delegacia poderá, também, operacionalizar o futuro Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná, cujo projeto de criação é de autoria da própria Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas.

A segunda pretende autorizar o Poder Executivo a criar o Centro de Apoio aos Caminhoneiros, programa já implantado em vários Estados do Nordeste do país, com sucesso.

O centro deverá ter segurança e estrutura apropriada para que os motoristas e familiares possam pernoitar ou fazer manutenção de seus veículos.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

#### O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados, volto a apresentar um projeto nesse Parlamento, ao lado do deputado Hermas Brandão. Esse projeto eu já tentei durante esses vinte anos de vida pública dedicado à cidadania, à segurança, à justiça social no Estado do Paraná, e acho inadmissível o dinheiro gasto pela área de Segurança Pública do Paraná. Esse dinheiro poderia ser revertido na construção e melhorias do sistema penitenciário do Paraná, nesse elefante branco, ou nos elefantes brancos que são alvos a qualquer momento, de uma explosão, de uma rebelião. É inadmissível um preso ser tratado e sustentado com os impostos pagos pela família brasileira do meu Estado. Cada preso custa aos senhores que aqui estão, à família do meu Estado, uma média de 800 a 1000 reais por mês. E se tivéssemos mais penitenciárias profissionalizantes aonde o preso tivesse que trabalhar, se autosustentar, porque tem preso que come melhor do que o aposentado nesse País, porque tem preso que tem uma refeição excelente, enquanto que a maioria dos trabalhadores brasileiros não tem o que comer, ganham este grande salário de 155 reais, ou de 157, como queiram, ou de 200, como propõe o deputado Tony Garcia no Parlamento do Paraná.

Mas o meu projeto, eu, que tenho andado com o deputado Hermas Brandão correndo esse Paraná de norte a sul e de leste a oeste, como têm andado todos os senhores deputados que conhecem o problema da segurança, eu acho inadmissível trazer uma viatura de Londrina para ser consertada na Capital do Estado, deputado Beraldin.

Eu acho inadmissível, deputado Zuk, trazer uma viatura numa carreta paga pelo governo; a carreta a viatura, é jogada num cemitério aqui com milhares de viaturas, e aqui ela vai ser levada a esta oficina e ali vai ser recuperado o motor, a caixa de câmbio. E o projeto que eu pretendo, deputado Nelson Garcia, deputado Tureck, deputado Carlos Simões, deputado Luiz Carlos Martins, deputado Zuk, senhor presidente, é fazer com que cada microrregião do Paraná, Curitiba já tem, a região metropolitana pode trazer os carros das cidades e mandar consertá-los aqui, por que trazer de Maringá para Curitiba? Porque trazer de Cascavel para Curitiba? Por que trazer de Londrina para Curitiba? Por que trazer de Cambé? Por que trazer de Rolândia? Por que trazer de Ponta Grossa?

Conversava eu com o deputado Zuk de também assinar comigo esse projeto, de criar em Ponta Grossa uma central de abastecimento, com um posto de gasolina, uma oficina, de lataria, mecânica para consertar o motor da viatura; a pintura será feita ali.

Cianorte terá, por ser entroncamento do Vale, a sua central de abastecimento. Londrina também terá, Cascavel, Maringá. Deputado Zuk, pelo amor de Deus, quebra uma viatura lá em Cianorte, na terra do deputado Édno, o delegado vai ter que correr atrás do deputado Édno e dizer: deputado, o senhor pode arrumar mil reais, para a gente consertar a viatura? Isso é uma vergonha! Isso é um desrespeito contra o governo do Estado!

Eu vi jornal da TV Paranaense, ao meio-dia, um senhor da região do litoral, não sei de que cidade, que cedeu o terreno para construir a delegacia e não construíram, deputado Zuk. O homem deu o terreno, o material de construção, tudo e estão abandonadas as obras.

O senhor acha concebível sair do Sudoeste do Paraná uma viatura para ser consertada aqui, lá de Foz, Cascavel, de Pato Branco, da região do deputado Antônio Annibelli, da região do Pastor Edson ou de qualquer região do Paraná? Deputado Beraldin, como pode atender a região metropolitana também, um prefeito liga, e imediatamente ele toma as providências, a viatura vem para a central de atendimento, a viatura volta, não se gasta o dinheiro. Deputado Beraldin, eu não posso admitir, eu que fiz esse projeto três vezes, fiz como vereador quatro mandatos como deputado. Dizem: o Alborghetti é louco. Vai se gastar muito dinheiro, milhões. Por que não termos no meu projeto a central de atendimento? Pega-se a viatura leva-se lá, precisamos recondicionar o motor, pintar a lataria, tudo é feito ali com garantia, de um orçamento que está no Orçamento do Estado do Paraná. E, Vossa Excelência, deputado Beraldin sabe disso, desde a época do governador Álvaro Dias, coloquei no orçamento do Estado milhões para se construir essa central de atendimento, em todos os municípios do Paraná. Eu não posso admitir que o dinheiro que se gasta para consertar uma viatura que vem de Cascavel para cá, que poderia ser reaproveitada na área de segurança!

Concedo um aparte do deputado Beraldin, da região metropolitana do Estado do Paraná.

### **O Sr. Beraldin**

Muito obrigado, deputado Alborghetti.

Vejo muita lógica no seu projeto. Acho que temos que pensar globalmente, mas agir localmente. O Noroeste tem a sua realidade. O Oeste tem a sua realidade, o Norte, o Litoral, também. Então deveríamos, naturalmente, aproximar as ações do governo, mais próximo de cada microrregião, dentro da realidade, por exemplo do Norte Pioneiro. Poderíamos ter uma cidade pólo que seria um braço avançado do governo para solucionar os problemas da microrregião, problemas que são inerentes do governo. Quando eu falava há pouco tempo atrás que deveríamos diminuir o número dos municípios e colocar um braço avançado do município sede, era mais ou menos isso, que, de 399 poderíamos chegar a 300 municípios. Estaríamos economizando...

### **O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Muito dinheiro.

### **O Sr. Beraldin**

Muito dinheiro. Com salário de prefeito, de vereadores, com cargos de prefeitura municipal, parque de máquinas, enfim, agir localmente e pensar globalmente. Eu acho que o que Vossa Excelência coloca faz muito sentido e eu quero cumprimentá-lo porque, a quem interessa trazer uma viatura do Oeste para consertar aqui? Ou será que a empresa daqui, que conserta esta viatura já não faz parte de um esquema? Vamos imaginar! Ela vai consertar 100, 200 carros por mês? Quais são as empresas que consertam os carros da Polícia Militar? Por quê? Isso é uma questão que é bom irmos a fundo.

### **O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

A Polícia Militar de Londrina tem uma Central de Abastecimento instalada dentro do quartel. Eu fico louco! Por quê a Polícia Militar conserta as suas viaturas dentro do Quartel da Polícia Militar de Londrina? A Polícia Militar de Maringá tem uma Central de Atendimento. Por quê a Polícia Civil não tem?

### **O Sr. Beraldin**

Muito bem. Esta semana eu estava em Campina Grande do Sul, aqui a dez quilômetros de Curitiba e um soldado me dizia que estava com uma viatura que não conseguia andar e já pediu para trocá-la, e a outra está no conserto há 20 dias. Essa viatura é alugada e o aluguel é extremamente alto; ele estava sem viatura pois ela estava em revisão há mais de 15 dias.

Então, são problemas como esse que Vossa Excelência levanta com propriedade e que tenho a satisfação de contribuir com esse aparte.

Muito obrigado.

### **O Sr. Edno Guimarães**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Estou ouvindo o seu pronunciamento e a sua indignação, que é minha também, e acho que temos gasto dinheiro, o Estado tem gasto dinheiro à toa em transportar essas viaturas. Outra observação a ser feita. A mão de obra lá no interior para reforma de um motor, de lataria ou revisão numa viatura é muito mais barato do que aqui na capital. Os alugueis são mais caros, os espaços são menores e lá temos excelentes oficinas que poderão fazer esse trabalho com muito mais precisão ou igual. Então, estamos gastando dinheiro à toa. Tenho feito algumas avaliações e orçamentos. O que lá ficaria por R\$ 500,00, aqui ficaria em R\$ 2000,00. Esse projeto seu é inteligente, é o momento oportuno e temos que fazer isso o mais breve possível.

#### O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Muito obrigado, Edno. Parabenizo o seu pronunciamento, tão válido, Vossa Excelência foi prefeito de Cianorte, onde tenho duas sobrinhas que são advogadas criminalistas, tenho um sobrinho que é promotor e sei das dificuldades que Vossa Excelência passava quando via um maquinário no setor de atendimento da sua prefeitura e o senhor não tinha recursos para consertá-lo, para colocar em prática, o trabalho que Vossa Excelência tinha para com o seu município.

O segundo projeto, senhor presidente do meu parlamento: quantos carros são roubados nesse País? Quantos carros, senhores, são roubados em São Paulo, em Santa Catarina? No Paraná, em Minas, e são recuperados? Para onde vão esses carros?

Pasmem senhores! A maioria, são detidos e recolhidos aos pátios de Delegacia de Polícia.

O senhor tem um carro roubado e anuncia no programa de qualquer homem de televisão, nos jornais ou nas rádios. O seu carro é apreendido, e para onde ele é levado? Para o pátio de Delegacia de Polícia.

Esses carros apreendidos estão apodrecendo nos pátios das delegacias e ninguém sabe quem é o dono. Às vezes, você pode ter um carro roubado e ele, recuperado, está sendo usado como “cabrita”. Na gíria, quer dizer o carro roubado que fica no pátio da delegacia. Como a polícia não tem carro, usa esse carro roubado.

Estou entrando com um projeto exigindo do governo do Paraná que ocupe um espaço em todas as televisões, os jornais, as rádios para mostrar todos os carros que forem apreendidos no Paraná e estiverem nos pátios das delegacias apodrecendo; vão ter que aparecer nos jornais, anunciados nas rádios, vão ter que ser mostrados em horários de televisão, porque daí você ficará sabendo que seu carro poderá estar em tal cidade, em tal delegacia, em tal parte. Isso não custa nada para o governo, e vai salvar o seu carro que foi roubado e está abandonado numa delegacia do Estado do Paraná.

Muito obrigado. A minha briga, a minha luta não vai parar, chama-se: “Cidadania, Justiça Social, a família e os filhos do meu Paraná”!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados, visitantes que nos honram na galeria com as suas presenças, bem como os fiscais do Estado do Paraná, que em tão boa hora foram lembrados mais uma vez pelo deputado Ricardo Maia, pedindo nesta tribuna uma oportunidade para mostrar a todo o Estado do Paraná o descaso que tem o governo para com aqueles que arrecadam e que dão sustentação financeira aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Só tem uma única fonte a qual a Receita do Estado, na sua maioria é feita pelos homens e pelas mulheres que estão sendo desdenhados pela atual administração pública do Paraná.

Sejam bem-vindos e contem conosco nas suas reivindicações, nas suas posições e, principalmente, no respeito que o governo falta com as suas pessoas.

Cumprimentando os senhores aposentados, que deram a sua vida à função pública do Paraná, e hoje são penalizados nas suas folhas de pagamento, sem aumento, mas com desconto maior do Paraná Previdência, que não dá a sustentação, a sustentação à saúde: nem aos funcionários e muito menos aos seus familiares. Não havendo convênio com laboratórios, não tendo internamento nos hospitais e as cirurgias, quando são necessárias, são pagas e não reembolsadas aos funcionários e seus familiares.

O Paraná Previdência, até o dia de hoje, é uma fantasia do governo e o extinto IPE, mesmo capenga na sua vivência, sempre deu uma oportunidade para o tratamento de saúde de todos os servidores públicos do Paraná, fossem eles civis ou militares.

Mas o que nos traz, senhor presidente, como assunto fundamental nesta tribuna, é para dizer aos parlamentares e aos visitantes, que na manhã de hoje, 8 dos deputados deslocaram-se até o município de Londrina em contato com o Ministério Público daquela cidade, colhendo subsídios, trazendo elementos e provas, nas quais uma documentação farta. Tivemos um contato telefônico há poucos instantes, com o ilustre deputado Nereu Moura e outros deputados que nos transmitiram de que é estarecedora a posição pela qual o Ministério Público do Município de Londrina está documentado, e oferecendo aos parlamentares, documentos e provas das denúncias que foram oferecidas pelo Ministério Público daquele município.

Logo em seguida e neste prezado instante, senhor presidente e senhores deputados, a comissão de deputados desta Casa se encontra na Câmara Municipal de Lon-

drina junto com a comissão processante daquela Casa, no que concerne a interesses do município trazendo ao Paraná e a nós todos a ilustração, através de documentos e provas, como está sendo agilizado aquele processo da comissão processante. Para não fazermos, como não queremos, juízos mal feitos e posições mal assumidas, e, principalmente, palavras mal pronunciadas que não devem nunca ofender a honra de quem quer que seja sem dar a oportunidade de defesa, meu caro deputado Luiz Carlos Alborghetti. Vossa Excelência sabe perfeitamente bem, representante que é daquela comunidade londrinense, e representante de toda a família do Paraná, sempre tem se pautado - jornalista que é, deputado Alborghetti, mesmo nos seus problemas, tem dado a oportunidade quando o fato é verificado, de aquela pessoa citada comparecer no seu programa, dar a sua versão para que a população saiba de que lado está a razão.

Assim é que, senhor presidente e senhores deputados, a comissão desta Casa, respondendo mais de perto ao líder do Governo que tem se pautado nesta linha: está procurando trazer documentos, trazer provas para que nós todos tomemos uma posição oficial em nome do Poder Legislativo deste Paraná. Tenho a certeza absoluta que a vossa pessoa, como nós todos da Oposição, pensamos a mesma coisa. O que é melhor para o Paraná, o que envergonha o Paraná, o que não queremos para o Paraná também não queremos para nossa família. Não é na figura do governador que sejamos adversários, em posições antagônicas, administrativas e políticas, mas poderemos ser também parceiros naquilo que é o melhor caminho para o nosso Estado e o melhor caminho para a família do Paraná. E tenha a certeza, Vossa Excelência, temos o maior respeito à vice-governadora, prezamos a amizade que desfrutamos com ela. E queremos que, no dia de amanhã: sem provas, sem documentos, todas as posições sejam esclarecidas, mas se for oferecido aquilo em qualquer julgamento, em qualquer oportunidade, a prova, o documento é apresentado, estamos prontos para fazer a justiça, o dever e principalmente a punição que merece.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Pastor Edson Praczyk.

#### O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor presidente, deputado Nelson Justus, senhores deputados, senhoras e senhores, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI do Roubo de Cargas desta Casa, como vice-presidente e como relator da Mesa, venho a esta tribuna apresentar o terceiro relatório parcial dos nossos trabalhos, e para frisar o que já foi apresentado em relatório até então, no primeiro de comum acordo com os membros da CPI do Roubo de Cargas, apresentamos um requerimento encaminhando sugestões de um projeto de lei onde sejam veiculadas as notas fiscais das transportadoras, das mercadorias que as

transportadoras assim transportam, a impressão digital ou a foto escaneada de cada motorista, ou ambas as coisas, para que venha dificultar a ampla facilidade de roubo de cargas, mais especificamente do nosso Estado. Fizemos também nesse terceiro relatório algumas outras sugestões, as quais estaríamos encaminhando também a essa Presidência, a essa Mesa, outros dois novos projetos de lei que vão acompanhados pela assinatura do nosso presidente Cesar Seleme e dos demais membros da CPI do roubo de Cargas.

É bom lembrar que esses relatórios parciais estão embasados no regimento da CPI da nossa Assembléia Legislativa que prevê e permite a apresentação de relatórios passo a passo, à medida que está sendo desencadeado o trabalho da CPI. (Lê):

“Relatório parcial nº 03 da Comissão Parlamentar de Inquérito: ‘Roubo de Cargas’.

Seguindo a mesma orientação de trabalho, já adotada nos relatórios parciais nº 1 e 2, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, após ouvir vários depoimentos esclarecedores sobre o grave problema dos roubos de cargas, está apresentando dois novos projetos de Lei para serem submetidos à discussão e aprovação da Comissão, para depois serem enviados ao Plenário desta casa de Leis.

A primeira proposição tem por objetivo autorizar o poder Executivo a criar a delegacia Especializada no Combate a Roubos, Furtos e Desvios de Cargas no Estado do Paraná, desvinculada da Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, procurando uma maior agilização e competência no combate ao roubo e furtos de cargas no nosso Estado, juntamente com toda a Comissão, a CPI, senhor presidente, nobres pares, percebemos por muitas das pessoas que foram convidadas para nos auxiliar nessa CPI, que em muito há necessidade de se desvincular a atual delegacia, que cuida do roubo de cargas, de toda e qualquer outra preocupação para que possa melhor trabalhar e melhor agilizar essa questão tão séria, e que se amplia dia após dia, principalmente no Sul do nosso País, mais especificamente no nosso Paraná.”

Questionado por um repórter ainda há alguns dias atrás, me perguntaram se era de fato e de verdade viável esse tipo de trabalho, e eu fiz um paralelo onde utilizei a minha prática da medicina, que geralmente quando uma pessoa está enferma, ela tende a procurar um clínico geral e detectado a gravidade do problema, esta encaminha a pessoa a um especialista. Ela vai a um clínico geral, detectado um problema cardíaco, muito dificilmente esse clínico geral dará andamento a um tratamento a essa pessoa, porque ele encaminhará a um especialista, a um cardiologista. Assim também tem sido a preocupação desta CPI nesta proposição. Desvinculando essa Delegacia para que ela fique especialmente dedicada a roubo de cargas, o trabalho se agilizará, poderá transcorrer melhor e com muito mais rapidez.

Entendemos que esta Delegacia poderá também operar o futuro Centro de Informações de Furtos e



Roubos de Veículos e cargas no Estado do Paraná, cujo projeto de criação é de autoria da própria Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas.

Ambos os projetos vão assinados por toda a Comissão, toda a CPI de Roubo de Cargas, pelo nosso presidente, deputado Cesar Seleme: por mim, relator Pastor Edson; deputados Algaci Tulio; Cleiton Kielse; Divanir Braz Palma; Tiago Amorim; Renato Gaúcho, Edno Guimarães; Luiz Carlos Alborghetti e Antônio Baratter.

(Lê)

“Sumula: Autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Combate a Roubos, Furtos e Desvios de Cargas no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia Especialidade de Combate a Roubos, Furtos e Desvios de Cargas no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

‘Súmula: Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa Centro de Apoio ao Caminhoneiro nas rodovias do Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a implantar o programa Centro de Apoio ao Caminhoneiro nas rodovias do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Nas rodovias pedagiadas o Poder Executivo poderá negociar que tal implantação seja de responsabilidade da empresa concessionária.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação’.

A segunda pretende autorizar o Poder Executivo a criar o Centro de Apoio aos Caminhoneiros, programa já implantado em vários Estados no Nordeste do País, com sucesso.

O Centro deverá ter segurança e estrutura apropriada para que os motoristas e familiares possam pernoitar ou fazer manutenção de seus veículos.

Sala das Comissões, em 17.05.2.000.”

Então, sempre faço questão de lembrar, senhor presidente, senhores deputados, imprensa, senhores e senhoras, que a CPI do Roubo de Cargas tem com todos os esforços, se esmerado em apresentar o máximo possível de cooperação para que seja extirpado esse caso tão grave, que, inclusive, até assassinato de chefes de família, de motoristas, de pais. E, com certeza, com o apoio dos nobres Pares, desta Presidência, ambos os projetos prosperarão e o nosso querido Paraná, mais uma vez, estará dando o pontapé inicial num trabalho tão importante, tão expressivo.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Ricardo Maia.

SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados!

Estivemos hoje pela manhã, na cidade de Paranaguá, juntamente com os companheiros deputados da CPI do Narcotráfico, com o presidente, deputado Algaci Tulio. Tivemos uma audiência com o prefeito da cidade, estivemos no Porto, com o superintendente, doutor Osires Guimarães, com o doutor Paulo, superintendente da Receita Federal do Porto de Paranaguá, e na continuidade, a CPI permanece na cidade, onde terão mais audiências.

Lá vimos um quadro que hoje prevalece em todas as cidades-pólo do Paraná. Mas, o que mais nos preocupou em Paranaguá foi a legislação pela qual funciona o Porto de Paranaguá bem como todos os portos brasileiros. A legislação federal é atrasada, não faz vistas em aproximadamente 10% dos contêineres de cargas, tanto para exportação como importação. Isto é baseada numa legislação vencida. Existem leis e decretos presidenciais de 1953, 1962, e estamos no ano 2000!

Ficamos muito decepcionados com este processo de legislação e caberá à CPI do Paraná a continuidade deste processo, para que posteriormente possamos encaminhar, juntamente com a CPI Nacional, que o que realmente necessitamos é a mudança de legislação.

Em segundo lugar, gostaria de colocar que hoje temos um projeto de lei nosso, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia Anti-Tóxico no município de Maringá. Conversamos com o deputado Alborghetti, com os deputados da área policial, com o secretário de Segurança e este projeto é do ano de 1999, bem antes de termos estas mudanças na Polícia Civil no Estado.

Com este projeto, é intenção também da CPI do Roubo de Cargas, do deputado Alborghetti, do secretário de Segurança Pública, especializar, por divisão, a nossa Polícia Civil. Não poderemos pôr numa Delegacia de Polícia, dando o mesmo tratamento a um ladrão de tocafitas e um grande traficante.

Os dois são crimes mas a investigação da polícia, a dedicação da polícia terá que ser mais especializada, até para que possamos acompanhar esta grande escalada e o aumento da criminalidade, seja na área de tóxicos, de roubo de cargas, de contrabando.

E, quando entramos com este projeto, em novembro de 99, já vimos que esta seria uma necessidade. Hoje vemos a boa vontade dos senhores deputados, da comissão, do governo do Estado, por intermédio do secretário de Segurança, porque aqui não iremos criar nenhum centavo a mais de despesa, é simplesmente especializar cada unidade das delegacias.

Na cidade de Maringá temos seis Distritos Policiais, nenhum especializado em praticamente nada, porque fica todo embolado o tratamento. Vamos pegar cada dis-

trito, cada unidade e especializar numa área, para que possa dar continuidade de investigação.

Com muita satisfação, concedo aparte ao deputado Luiz Carlos Alborghetti.

### O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Acho que no meu Estado há necessidade de pararmos com a hipocrisia, porque criaram uma Delegacia de Anti-Tóxicos em Maringá, que é um entroncamento, senhor deputado. É um entroncamento, aonde ali passam os caminhoneiros, que nas suas boléias transportam a esperança de uma criança que brinca de bola ou de uma criança que brinca de boneca. Transporta ali, a riqueza daquela Maringá cantada em versos e prosas, conhecida em toda a Nação brasileira.

Parabenizo Vossa Excelência. O secretário José Tavares vai colocá-la em prática, mas há necessidade de dinheiro. Há necessidade de que se cumpra o orçamento, que todo ano aplicamos nesta Casa, meu querido deputado maringaense. E o mais importante, deputado, é que tenha nesta delegacia uma psicóloga; milhares saem das universidades e estão desempregadas. Um advogado, porque todos têm direito ao contraditório. Tem que ter ali na delegacia, a mesa do advogado, a mesa da assistente social, a mesa da psicóloga, porque pode ser preso um rapaz que é viciado. A psicóloga vai conversar com ele. A assistente social vai buscar a família. O advogado está ali para assessorar. E ao lado, o Ministério Público, com seu promotor.

É este o sonho do deputado Alborghetti. Sonho de países de primeiro mundo. Em qualquer delegacia de primeiro mundo, deputado Ricardo! Não conheço, nunca saí fora deste País e dificilmente saio fora do Paraná, mas assisto por documentários. Sou um videomaníaco em termos de segurança. Em qualquer delegacia americana tem sempre um promotor, tem sempre um advogado de plantão, tem sempre uma psicóloga, tem sempre uma assistente social e tem sempre um homem representando a corregedoria da polícia civil.

Por isso, parabenizo Vossa Excelência e que este projeto, como os meus, seja colocado em prática, mas uma delegacia de anti-tóxico, especializada em prender o traficante e em salvar o dependente de drogas!

Muito obrigado.

### O SR. RICARDO MAIA

Eu é quem agradeço o aparte. Sem dúvida alguma, esta é a nossa intenção. E bem como as demais cidades-pólo do Estado do Paraná.

Para encerrar, senhor presidente, queremos hoje, com muita satisfação cumprimentar o pessoal do fisco do Estado do Paraná, sindicalizados à FEP, sejam os inativos bem como os da ativa, eles têm feito um grande trabalho no Estado do Paraná, onde no caso da Receita Estadual do Paraná foi uma das poucas que teve um acréscimo de arrecadação neste último ano e vem tendo constantemente nos anos anteriores, pelo trabalho que realizaram e

realizam pelo fisco do Paraná, e hoje teremos aqui a presidente do sindicato, a Elizabeth, que com a cessão do senhor presidente e dos senhores deputados usará esta tribuna para falar sobre a situação, hoje.

Temos coisas pequenas, ali, que dá para o governo ver com mais carinho e resolver, que são pequenas, pelo bolo do governo do Estado, mas que para eles são coisas grandes e necessárias. Temos aí algumas barbaridades, como o encaminhamento à aposentadoria. Estão perdendo aquela função, aquele cargo que ocuparam por muitos e muitos anos e quando vão passar para a aposentadoria, para a inatividade, voltam àquele salário anterior. Então, é uma coisa totalmente fora de lógica, totalmente errada. E nós temos feito, juntamente com alguns deputados, estivemos com o deputado Luiz Carlos Zuk, deputado Baratter, e outros, tentando fazer essa mediação com o nosso governo, com o governo do Estado, para que possamos chegar num acordo comum aí, que é o bem para todo o nosso Estado do Paraná.

Obrigado.

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Atendendo ao requerimento do deputado Ricardo Maia, devidamente aprovado nesta Casa, com muita satisfação convidamos para fazer uso da palavra, a senhora Elizabeth Maria Rush, presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Paraná, AFEP. De igual maneira saudamos também os senhores funcionários fiscais do Estado aqui presentes. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Com a palavra a senhora Elizabeth Maria Rush.

### A SRA. ELIZABETH MARIA RUSH

Excelentíssimo presidente desta Casa, Excelentíssimos senhores deputados, em particular os deputados que nos emprestaram apoio nesta caminhada que já é muito longa e que ainda não chegou ao fim.

A responsabilidade desta pequena fala é muito grande. Aqui estão autoridades fiscais, do meu Estado, autoridades que foram conquistadas, o seu poder foi conquistado com concurso público, com formação especial e com toda uma gama de conhecimentos que a missão exige. Autoridades fiscais que, além de trazer recursos para que esse Estado cresça, para sustentar os serviços públicos desse Estado, muito contribuem em todas essas causas que há pouco ouvimos falar: no controle de muitas operações, no controle de operações ilegais o Fisco participa, e sempre tem uma participação ativa e denunciadora de fatos, porque o Fisco tem que estar em todos os lugares.

Mas a função nossa é uma função nobre, e muitas vezes é olhada com descaso ou antipatia. Infelizmente a nossa missão é muitas vezes olhada com antipatia porque ainda não há, no espírito brasileiro, a garra, o patriotismo de se pagar tributos, porque se todos pagássemos tributos, com certeza eles seriam muito menores e seriam muito melhores partilhados. E a nós compete então, bus-

car os recursos para a saúde, educação, segurança e os demais serviços.

Essas atividades, esse nosso trabalho especializado, não está sendo encarado com a justa proporção, senhor presidente. Por quê? Porque não se pode fazer um corte linear de despesas nos recursos humanos do Estado senão fazê-lo com prioridades a serem discriminadas. Se nós hoje estamos pensando por gastos enormes, temos que buscar receitas, e só as buscamos através do Fisco. Isso é lógico, é evidente. E quando dizemos buscar receitas não estamos aqui em atividade policalesca, estamos naquela atividade patriótica de todos contribuírem para o crescimento da nossa Nação.

O Brasil está em crise, o Paraná está em crise, e nós temos que buscar os recursos, cortar da carne daqueles que já também não muito têm, para contribuir com os demais menos afortunados.

Como eu dizia, não se pode fazer um corte linear nas despesas do Estado, porque se matarmos aqueles que vão buscar recursos, que vão buscar receitas, como ficará então a conta-corrente do Estado?

O Fisco há muito vem sendo desprestigiado, os nossos colegas humilhados, por que? Porque há seis anos não temos aumento salarial. E nós agora, por alterações da Legislação Administrativa Federal, somos, assim como os demais funcionários graduados do governo, carreiras exclusivas de Estado, porque representamos direta e pessoalmente o Estado ante o contribuinte, assim como procuradores, promotores e advogados do Estado. Mas dele temos grande diferença, diferença salarial, porque ao Fisco compete uma presença quase que oculta, nós somos aqueles que trabalhamos em silêncio, e esses estão sendo desprestigiados, estão sendo humilhados.

Temos um redutor salarial que nos aflige desde 1989, e esse redutor mensalmente nos tira parte do salário. Estamos hoje com o salário equiparado a muitos trabalhadores de nível bem baixo desta Casa, isso porque esse redutor salarial fez um corte linear em todas as carreiras, mas essas carreiras, aos poucos foram dele se desvencilhando e apenas 1/3 do nosso grupo, da nossa equipe de fiscalização, a ele estão presos.

Desde 1996, não temos promoções. Não há de se entender uma carreira fiscal, com um escalonamento de responsabilidades e de conhecimento que são necessários, como conhece-la sem uma graduação promovida por uma promoção. Temos todos, hoje, no mesmo patamar, desempenhando a mesma função, em total desprestígio pela carreira fiscal. Isso não pode continuar. Temos, sim, que ter um pouco de atenção do governo, para que possamos reconstruir um fisco forte.

Precisamos de um plano de carreira. Por quê? Porque a reestruturação administrativa do País trouxe severas mudanças no campo fiscal, grandes mudanças ainda a se completarem, porque a reforma tributária nem bem começou. Como fazer frente a uma reforma tributária de tal monta, se não temos um Fisco forte e bem estruturado? Precisamos de um plano de carreira

moderno e ágil, para que garanta ao Estado do Paraná o progresso que lhe é devido.

Senhores queríamos um minuto de atenção, sei que muitos já dedicaram a nós muita atenção e por isso agradecemos, mas queremos fazer um pedido àqueles que constróem os caminhos do Paraná, o Legislativo, os formadores de opinião e os responsáveis pela opinião do Paraná.

Queremos que os senhores entendam que o Fisco é indispensável, e o fisco coerente e objetivo, com condições de trabalho próprias, não é aquele Fisco que conhecemos, que somente bate e sanciona.

Temos a exata dimensão que somos fiscais do povo e não de um Estado. Porque eu há 25 anos estou na Fazenda e, hoje, desempenho a minha função no sindicato, por acreditar em idéias.

Muitos aqui me conheceram em outras condições, quando eu atuava diretamente na ação fiscal. Luto por idéias, porque ainda acredito em um Brasil e em um Estado forte e acho que esse caminho se deve, necessariamente, pelo caminho do Fisco.

Muito obrigado.

(Aplausos)

### O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Permite-me um aparte, minha senhora?

(Assentimento).

Há um mês, mais ou menos, minha querida presidente Elizabeth Maria, estivemos, eu, deputados Luiz Carlos Martins, Cartário, um grupo de deputados, no Palácio.

Confesso à senhora que isso não foi divulgado e não sei o porquê.

Nós pedimos, na oportunidade, ao governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, que reunisse todo o Fisco, todos, no Teatro Ópera de Arame ou em um local enorme, para que se fosse, inclusive, convidada a senhora, e não a conhecia, estou conhecendo agora, para se debater o problema da arrecadação que a senhora acabou de dizer.

Sou daquela opinião, o dia que acabar o agricultor, do que viverá a cidade? O dia que acabar o Fisco, do que viverá a Secretaria da Fazenda? Donde sairá o dinheiro para o pagamento de nós deputados, do funcionalismo público, dos professores, enfim para obras na área da cidadania e da justiça social?

Lembro-me que o senhor governador deixou programado para mim, deputado Luiz Carlos Martins, deputado Cartário, deputado Ricardo Maia e outros deputados que me falha a memória, que o Fisco será convidado para um grande debate.

Perguntava ao governador - Há a necessidade de o fisco exigir, trabalhar, fazer, arrecadar para os cofres da União, mas também há necessidade de pagar melhor o Fisco do meu Estado.

O governador concordou. Não sei quando será esta reunião, senhora Elizabeth, mas nessa reunião há um mês

foi plantada essa semente. Não sabia da sua luta confesso, não fui procurado por ninguém, me encontrei recentemente no Norte do Paraná com um funcionário da receita e ele desabafou os problemas que a senhora está contando nesta tribuna.

Então conte com o meu apoio. Já houve uma reunião. Não sei quando o governador vai marcar a outra, mas ele está interessado, porque não adianta o Fisco só arrecadar para os cofres públicos.

Nós também temos que pensar no fiscal da Receita, na esposa, nos filhos para que eles possam ganhar bem, ter o dinheiro de se sustentar bem e de cumprir a sua função patriótica de arrecadar para o governo do Estado.

Conte com o meu apoio e conte com o apoio deste Parlamento.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Presidência agradece a presença da senhora Elizabeth Maria Rush, bem como a todos os servidores aqui presentes, e coloca, como sempre tem feito, todos os deputados e esta Assembléia, à disposição dos senhores para que possamos servir e intermediário entre a sociedade e o governo do Estado.

Sejam sempre bem-vindos aqui. Nós cumprimentamos pelas suas reivindicações.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria dos senhores deputados Cesar Seleme, Pastor Edson Praczyk, Algaci Tulio e demais senhores deputados, devidamente apoiados, constantes do expediente. À **Diretoria Legislativa**.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 644/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família - APMIF, do município de Campo Magro. **Aprovado.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 082/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a UDF - União dos Deficientes Físicos, no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 105/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que concede o título de Cidadão Honorário ao Pastor Lupércio Vergniano. **Aprovado.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/99, de autoria do deputado Ricardo Chab, que dispõe sobre a interrupção de fornecimento de água e luz aos consumidores do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 839, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 370/99 por 03 (três) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 370/99 por 03 (três) sessões.

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher de Dois Vizinhos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de Almirante Tamandaré. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que determina que a interinação de autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia Anti-Tóxico no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. PARECER FAVORÁVEL DA C.S.P. À EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva e Corretiva de Plenário de nº 01, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA E CORRETIVA  
DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO  
PROJETO DE LEI Nº 641/99

A presente emenda, suprime do texto original do Projeto de Lei nº 641/99, o artigo 2º e a expressão “revogadas as disposições em contrário” do artigo 3º, renumerando-o como artigo 2º, conforme segue:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 15.05.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Duílio Genari, Antonio Baratter, Geraldo Cartário e Edno Guimarães.

**JUSTIFICATIVA:**

O prazo estipulado de 120 dias para o Poder Executivo regulamentar a lei é incompatível com a natureza autorizatória da proposta legislativa. No mais o dispositivo invade competência regulamentar que é exclusiva da administração pública segundo critérios de conveniência e oportunidade, precedidos da observância dos princípios constitucionais que regem os atos da administração pública (art. 27 da Constituição Estadual).

A supressão da expressão final do artigo 3º, “revogando as disposições em contrário”, prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, ditadas pela Lei Complementar 95/98.

**O projeto retorna à C.C.J..**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/2000, de autoria do deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública o Provopar, Ação Social Municipal de Corbélia, com sede e foro no município de Corbélia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública, a Ancoradouro, no município de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de São Sebastião da Bela Vista, com sede no município de Manfrinópolis e foro na comarca de Barracão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 826, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 841, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Moção de apoio nº 844, de autoria dos senhores deputados Nelson Justus, Hermas Brandão, Tony Garcia, Plauto Miró Guimarães, e demais senhores deputados, pela continuidade das atividades da Superintendência de Seguros Privados no Paraná, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 845 e 846, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, às 10:00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 038 e 084/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 239, 240, 514, 588, 647/99, 063, 071, 124 e 136/2000.

Marco ainda uma Sessão Solene de outorga de título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Verner Artur Conrado Barthelmess, para quinta-feira, dia 18, às 15:00 horas.

Levanta-se a sessão.

### Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o deputado Antonio Baratter apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 270/99, 644/2000, 648/99, 082/2000 e 105/2000, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os tra-

balhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### **Pedido de Adesão:**

#### **PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO**

Walter Moreira Braga, matrícula 41008, endereço Rua Francisco Rocha, 480, bairro Batel, cidade de

Curitiba, CEP: 80420-130 - PR, remuneração mensal estimada R\$420,42, CPF: 138.104.139-68, telefone: 9181-0437, lotação: Presidência, data de nascimento: 04/11/37.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 4093)

Curitiba, em 17.05.2000.

(a) Walter Moreira Braga